

# A HUMANIDADE TEM DE VENCER

## A DEFESA DOS DIREITOS E O COMBATE À REPRESSÃO NO CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL DE 2026

AMNESTY INTERNATIONAL

**A Amnistia Internacional é um movimento de 10 milhões de pessoas que mobiliza a humanidade em cada um de nós e pugna pela mudança para que possamos todos usufruir dos nossos direitos humanos. A nossa visão é a de um mundo onde quem está no poder cumpre as suas promessas, respeita o direito internacional e é chamado a prestar contas. Essencialmente financiada pelos seus membros e por doações individuais, a Amnistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses económicos ou religiões. Acreditamos que agir com solidariedade e compaixão pelas pessoas de todo o mundo pode mudar as nossas sociedades para melhor.**

© Amnistia Internacional 2026
Salvo indicação em contrário, o conteúdo deste documento está licenciado ao abrigo de uma licença (atribuição, não-comercial, sem derivados, internacional 4.0) da Creative Commons.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode
Para mais informações, visite a página de autorizações no nosso sítio Web: www.amnesty.org
Nos casos em que o material seja atribuído a um titular de direitos de autor que não a Amnistia Internacional, este material não está sujeito à licença da Creative Commons.
Publicado pela primeira vez em 2026 por Amnistia Internacional Ltd
Peter Benenson House, 1 Easton Street
London WC1X 0DW, Reino Unido

**Índice: IOR 10/0837/2026**
**Língua original: inglês**

amnesty.org

***Foto da capa:*** *Uma estudante universitária põe uma vela perto de uma réplica do troféu do Mundial de Futebol decorada com fotos de pessoas desaparecidas durante uma intervenção artística com o coletivo "Luz e Esperança" em Guadalajara, México, 21 de novembro de 2025 © Ulises Ruiz/Getty Images*

AMNESTY INTERNATIONAL

# ÍNDICE


**SUMÁRIO EXECUTIVO** **4**

APLICAÇÃO ABUSIVA DAS LEIS DE IMIGRAÇÃO E CONTROLO DISCRIMINATÓRIO DE FRONTEIRAS 5

OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO PACÍFICA 5

DISCRIMINAÇÃO CONTRA ADEPTOS E PESSOAS LGBTQI+ 6

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 7

# SUMÁRIO EXECUTIVO

No dia 11 de junho de 2026, o maior e mais lucrativo campeonato realizado pela FIFA até hoje terá início no Estadio Azteca, na Cidade do México, no México, culminando seis semanas e 104 jogos depois no MetLife Stadium, em Nova Jérsia, nos EUA. Milhões de adeptos viajarão para o Canadá, México e Estados Unidos e milhares de milhões de pessoas em todo o mundo verão o torneio pela televisão. A FIFA poderá arrecadar US$ 11 mil milhões com o espetáculo.

Para milhões de adeptos, o Mundial representa algo especial: um momento extraordinário de alegria partilhada, uma oportunidade de cruzar fronteiras, mesmo que por um ecrã, para apoiar a seleção do seu país, e uma celebração global do desporto com mais seguidores do mundo. A própria FIFA prometeu um torneio em que todos "se sintam seguros, incluídos e livres para exercer os seus direitos". Tal promessa raramente foi tão necessária – e corre o sério risco de ser quebrada.

O Mundial de Futebol de 2026 está a acontecer em plena crise dos direitos humanos, com riscos e impactos significativos para adeptos, jogadores, jornalistas e trabalhadores, assim como para as comunidades locais. Os Estados Unidos – onde serão realizados três quartos dos jogos – enfrentam uma "emergência de direitos humanos" e um padrão reconhecível de práticas autoritárias. Agentes armados andam a arrombar portas, a deter crianças e já deportaram centenas de milhares de pessoas. Grupos de adeptos LGBTQI+ afirmam não ser seguro ter uma presença visível e adeptos de quatro países qualificados estão impedidos de entrar no país. O México mobilizou cem mil agentes de segurança, incluindo as forças armadas, em resposta aos elevados níveis de violência, enquanto um movimento de mulheres e mães que buscam a verdade, justiça e reparação para as 133.500 pessoas desaparecidas no país planeia um protesto pacífico no exterior do Estadio Azteca durante o jogo de abertura. No Canadá, as experiências dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver, e a crescente crise habitacional intensificaram os receios de que as pessoas em situação de sem-abrigo venham a ser desalojadas. Um abrigo destinado a pessoas em situação de sem-abrigo durante o inverno em Toronto já foi encerrado um mês antes do previsto, uma vez que as instalações tinham sido previamente reservadas para utilização pela FIFA, no âmbito do acordo de acolhimento da cidade.

A situação é tensa à escala global. Apesar de ter recebido o recém-criado Prémio da Paz da FIFA em dezembro de 2025, o governo Trump tem ativamente desmantelado e retirado o financiamento aos sistemas existentes de cooperação internacional, cometeu um ato de agressão na Venezuela, lançou ataques aéreos que constituem execuções extrajudiciais na América Latina e iniciou, em conjunto com Israel, ataques em grande escala contra o Irão, matando civis e pondo em dúvida a participação do país no torneio.

# APLICAÇÃO ABUSIVA DAS LEIS DE IMIGRAÇÃO E CONTROLO DISCRIMINATÓRIO DE FRONTEIRAS

Talvez a ameaça mais grave para os participantes do Mundial de Futebol, tanto visitantes como locais, esteja relacionada à aplicação abusiva, discriminatória e mortífera das leis de imigração e da detenção em massa nos EUA. O Serviço de Imigração e Controlo Aduaneiro dos EUA (ICE), o Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) e outras agências foram transformados numa operação de carácter paramilitar, com agentes federais mascarados e armados a arrombar portas e a entrar em casas sem mandados judiciais, a deter, prender, agredir e matar arbitrariamente pessoas em comunidades por todo o país. Entre janeiro de 2025 e 18 de março de 2026, 43 pessoas morreram sob custódia do ICE, ao passo que agentes utilizaram força letal durante operações e em resposta a protestos pacíficos, incluindo os homicídios ilegais de Renée Good, Keith Porter, Ruben Ray Martinez, Silverio Villegas González e Alex Pretti.

A escala das detenções, prisões e deportações de imigrantes tem sido enorme. O número de detenções e deportações só é possível devido à erosão das garantias do devido processo legal. Uma análise de dados oficiais do governo realizada pelo jornal *The New York Times* estima que o ICE e o CBP deportaram mais de 500.000 pessoas em 2025, 230.000 delas detidas dentro do país e 270.000 na fronteira. São mais de seis vezes mais pessoas do que as que estarão na final do Mundial no MetLife Stadium, em Nova Jérsia. As detenções efetuadas pelo ICE nas ruas aumentaram onze vezes e o número de crianças detidas pelo ICE aumentou seis vezes. Até 19 de março de 2026, o ICE também assinou 1.544 acordos 287(g) com agências policiais estaduais e locais, incluindo as de Dallas, Houston e Miami, cidades anfitriãs do Mundial, delegando aos respetivos agentes a aplicação da lei de imigração e permitindo que as prisões locais sejam utilizadas para detenção de imigrantes. A Amnistia Internacional também documentou as condições de detenção de imigrantes nos centros de detenção Krome North Service Processing Center e no Everglades Detention Facility (também conhecido como a “Alcatraz dos Aligátores”), situados a cerca de 32 e 80 quilómetros, respetivamente, da sede da FIFA em Miami. A organização concluiu que as condições configuram tratamento cruel, desumano e degradante e, nalguns casos, tortura.

Embora o futebol seja um dos desportos mais populares em muitas comunidades de imigrantes nos EUA e milhões de adeptos virem de todo o mundo para o evento, nem a FIFA nem as autoridades dos EUA deram quaisquer garantias de que as pessoas estarão a salvo de discriminação étnica, rusgas indiscriminadas, detenções ilegais e deportação. Nenhum dos três projetos de Planos de Direitos Humanos para as Cidades Anfitriãs dos EUA publicados até ao momento menciona como as pessoas serão protegidas de tais ameaças. Na verdade, o diretor interino do ICE afirmou ao Congresso que a agência será "uma peça fundamental do aparato geral de segurança do Mundial de Futebol". O risco não é abstrato. No Campeonato Mundial de Clubes da FIFA de 2025, a Human Rights Watch documentou o caso de um adepto detido por uma pequena infração civil antes de ser transferido para o ICE e posteriormente deportado.

A Amnistia Internacional tem documentado os impactos devastadores das políticas da atual administração na fronteira EUA-México, com o fim efetivo do direito a asilo e os cortes de financiamento a deixarem milhares de pessoas num limbo, em condições desumanas e perigosas. No Canadá, legislação atualmente em discussão no parlamento poderá restringir ainda mais o direito a asilo, e o "Acordo de Terceiro País Seguro" com os EUA significa que as pessoas podem ser impedidas de cruzar a fronteira e reenviadas para os EUA, onde podem vir a sofrer discriminação ou detenção com apoio jurídico limitado.

Os adeptos também podem sofrer discriminação na fronteira. Dos 39 países sujeitos a severas restrições de viagem impostas pelo governo dos EUA, quatro se qualificaram para o Mundial; poucos adeptos da Costa do Marfim, Haiti, Irão e Senegal poderão viajar para apoiar as suas seleções. Outros adeptos podem enfrentar vigilância intrusiva, com políticas que obrigam visitantes e pessoas migrantes que solicitam benefícios de imigração, incluindo asilo, a permitir que as suas contas nas redes sociais sejam verificadas em busca de "antiamericanismo".

# OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO PACÍFICA

Devido à sua escala e impacto, os Mundiais de Futebol são frequentemente alvo de reportagens críticas e protestos públicos. Contudo, apesar de contar com políticas próprias de direitos humanos, a FIFA restringe o direito à liberdade de expressão tanto de adeptos como de jogadores, incluindo através do seu "Código de

Conduta nos Estádios" para adeptos, que proíbe mensagens e símbolos "políticos", assim como o seu Código Disciplinar para jogadores e dirigentes.

O governo dos EUA intensificou drasticamente os ataques contra jornalistas e órgãos de comunicação social que considera críticos das suas políticas. Pelo menos um jornalista, Mario Guevara, foi deportado por ter feito reportagens sobre operações e rusgas do ICE. Os jornalistas no México continuam a enfrentar ameaças graves. O país é descrito pelo Committee to Protect Journalists (CPJ, Comité para Proteção de Jornalistas) como o mais perigoso para a imprensa no Hemisfério Ocidental, com sete jornalistas mortos em 2025 em retaliação pelo seu trabalho.

Também houve restrições ao direito à liberdade de reunião pacífica nos três países anfitriões. A administração tem visado estudantes nascidos no estrangeiro que protestam contra o genocídio em curso perpetrado pelo governo israelita em Gaza, bem como pessoas que protestam e monitorizam ações agressivas de aplicação das leis de imigração. Isto incluiu a revogação de 8.000 vistos de estudante em 2025 por "interações com autoridades policiais por atividade criminosa", sendo que a revisão dos vistos foi auxiliada por sistemas de vigilância em massa baseados em inteligência artificial. As forças armadas têm sido mobilizadas para funções de aplicação da lei em várias cidades dos EUA, incluindo em Los Angeles, cidade anfitriã do Mundial de Futebol, onde o presidente Trump federalizou e mobilizou aproximadamente 4.000 soldados da Guarda Nacional da Califórnia em junho de 2025. A mobilização foi encerrada por ordem judicial em dezembro de 2025.

O Canadá também presenciou uma vaga de protestos contra o genocídio em Gaza, incluindo grandes manifestações pacíficas e acampamentos de estudantes que foram indevidamente dispersos ou desmantelados pela polícia. Foram introduzidas zonas de exclusão de protestos em algumas cidades, incluindo Toronto, para restringir os protestos à volta de escolas, centros de cuidados e edifícios religiosos, embora não nos locais dos jogos do torneio.

No México, houve uma série de protestos relacionados ao Mundial de Futebol centrados no acesso à terra, à água e à habitação e a criticar a gentrificação, e mulheres continuam a exigir verdade, justiça e reparação pelos entes queridos desaparecidos. Na cidade anfitriã de Guadalajara, as autoridades ameaçaram retirar da "Rotunda dos Desaparecidos" os cartazes em busca de pessoas desaparecidas e, em Monterrey, a polícia tentou deter mulheres que exibiam faixas numa ponte. Um total de 100.000 agentes de segurança serão mobilizados para garantir a segurança do torneio, incluindo 20.000 militares. As forças armadas continuam a estar implicadas numa série de violações de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que o uso da força militar pelo México para fins de segurança pública deve ser excecional, temporário e sob estrito controlo civil.

# DISCRIMINAÇÃO CONTRA ADEPTOS E PESSOAS LGBTQI+

Apesar da visão inclusiva original do Mundial de 2026 prometida pelos organizadores, além dos compromissos assumidos por algumas cidades anfitriãs, adeptos e jogadores LGBTQI+ podem enfrentar riscos de discriminação que devem ser abordados. A FIFA assumiu compromissos claros de combate à discriminação, embora, alegadamente, tenha cancelado campanhas antidiscriminação para o Mundial de Clubes em 2025.

O ataque da atual administração aos direitos das pessoas LGBTQI+, particularmente em relação a pessoas transgénero e de género diverso, levou o principal grupo de adeptos LGBTQI+ de Inglaterra e uma rede de grupos de adeptos LGBTQI+ europeus a afirmarem que não terão presença visível nos jogos nos EUA. O presidente Trump assinou ordens executivas com o objetivo de "manter os homens fora do desporto feminino" e "restaurar a verdade biológica". Foram cortados programas governamentais que protegiam os direitos das pessoas LGBTQI+ ou lhes prestavam cuidados, e alguns países alertaram os seus cidadãos sobre os riscos de lhes ser recusada a entrada na fronteira dos EUA se a identidade de género no seu passaporte for diferente do sexo atribuído à nascença, ou se tiverem o marcador "X". Jovens trans também enfrentam discriminação persistente no Canadá, enquanto o México é considerado o segundo país mais perigoso do mundo para pessoas transgénero, com 59 transfeminicídios registados em 2024.

No futebol, os cânticos homofóbicos também têm sido um problema constante em jogos envolvendo as seleções nacionais do México, dos Estados Unidos e do Canadá, levando a suspensões de jogos e sanções impostas pela FIFA à Federação Mexicana de Futebol.

# CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A poucas semanas do pontapé inicial, a afirmação da FIFA de que "o futebol une o mundo" contrasta fortemente com as práticas divisivas e repressivas dos governos que acolhem o seu principal torneio. Este Mundial de Futebol está muito longe do evento de "risco médio" que a FIFA supôs ser e são necessários esforços urgentes para colmatar o fosso crescente entre a promessa original do torneio e a realidade atual.

Ainda há tempo para evitar que o Mundial de 2026 se torne um palco de repressão e uma plataforma para práticas autoritárias. Os governos anfitriões devem cumprir as suas obrigações ao abrigo da legislação internacional de direitos humanos, enquanto a FIFA, as federações nacionais e os patrocinadores têm responsabilidades claras de respeitar os direitos humanos e utilizar a sua influência significativa para proteger adeptos, jogadores, jornalistas, trabalhadores e comunidades locais. É a estas pessoas – e não aos governos, à FIFA ou aos patrocinadores – que o futebol pertence, e os seus direitos têm de estar no centro deste campeonato.

Assim, a FIFA, os governos nacionais e as cidades anfitriãs devem:

- garantir os direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica dentro e fora dos locais do Campeonato do Mundo em todos os países anfitriões, evitando o uso de forças militares para o policiamento civil e protegendo os meios de comunicação social e as pessoas defensoras dos direitos humanos;
- pôr fim às rusgas indiscriminadas, aos abusos raciais, às prisões arbitrárias, à detenção em massa e às deportações ilegais nos EUA; fornecer garantias públicas de que os eventos, locais e concentrações relacionadas ao Mundial de Futebol não serão alvo de ações de fiscalização de imigrantes;
- retirar as proibições discriminatórias de viagens aos EUA, incluindo para as equipas qualificadas para o torneio, e abandonar as propostas de verificação das contas em redes sociais;
- adotar medidas eficazes para a proteção de adeptos e pessoas LGBTQI+ contra discriminação, assédio e abusos, especialmente através de campanhas antidiscriminação e da utilização correta do protocolo antidiscriminação da FIFA durante os jogos, ao longo de todo o torneio e depois do seu encerramento;
- assegurar a publicação dos Planos de Direitos Humanos das Cidades Anfitriãs atualizados e reforçados para proporcionar proteção abrangente a adeptos, jogadores, jornalistas, trabalhadores e comunidades locais.

As federações nacionais de futebol, enquanto membros da FIFA e beneficiárias financeiras dos milhões de dólares arrecadados com o campeonato, também têm responsabilidades e devem defender os direitos humanos e os adeptos que acompanharão as respetivas seleções nacionais. Os patrocinadores também devem exercer a sua influência sobre a FIFA para garantir que esta cumpre as suas responsabilidades em matéria de direitos humanos.

# A AMNISTIA INTERNACIONAL É UM MOVIMENTO GLOBAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. QUANDO A INJUSTIÇA ACONTECE A UMA PESSOA, AFETA-NOS A TODOS.


CONTACTE-NOS

info@amnesty.org

+44 (0)20 7413 5500

JUNTE-SE À CONVERSA

www.facebook.com/AmnestyGlobal

@Amnesty

# A HUMANIDADE TEM DE VENCER

## A DEFESA DOS DIREITOS E O COMBATE À REPRESSÃO NO CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL DE 2026

No dia 11 de junho de 2026, terá início o maior e mais lucrativo Mundial de Futebol da história. Milhões de adeptos viajarão para o Canadá, México e Estados Unidos, enquanto milhares de milhões acompanharão de suas casas. A FIFA prometeu um torneio em que todos "se sintam seguros, incluídos e livres para exercer os seus direitos". Tal promessa raramente foi tão necessária – e corre o sério risco de ser quebrada.

O Mundial de Futebol de 2026 está a acontecer em plena crise dos direitos humanos, com riscos e impactos significativos para adeptos, jogadores, jornalistas e trabalhadores, assim como para as comunidades locais. Nos Estados Unidos, onde ocorrerão a maioria dos jogos, está a desenrolar-se uma emergência dos direitos humanos em meio a práticas autoritárias generalizadas. O México mobilizou 100 mil agentes de segurança, incluindo as forças armadas, em resposta aos elevados níveis de violência. No Canadá, o legado dos Jogos Olímpicos de Vancouver e o agravamento da crise habitacional alimentam o receio de que as pessoas em situação de sem-abrigo sejam, mais uma vez, empurradas para as margens.

A poucas semanas do pontapé inicial, a afirmação da FIFA de que "o futebol une o mundo" contrasta fortemente com as práticas divisivas e repressivas dos governos que acolhem o seu principal torneio. Ainda há tempo para evitar que o Mundial de 2026 se torne um palco de repressão e uma plataforma para práticas autoritárias. Os governos anfitriões devem cumprir as suas obrigações ao abrigo da legislação internacional de direitos humanos, enquanto a FIFA, as federações nacionais e os patrocinadores têm responsabilidades claras de respeitar os direitos humanos e utilizar a sua influência significativa para proteger adeptos, jogadores, jornalistas, trabalhadores e comunidades locais.

ÍNDICE: IOR 10/0837/2026
MARÇO DE 2026
LÍNGUA: PORTUGUÊS

**amnesty.org**

AMNESTY INTERNATIONAL